



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Curso de Ciências Contábeis

MIRIAN DE FREITAS LERBACK

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DE BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO BRASIL

Brasília, DF
junho de 2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

MIRIAN DE FREITAS LERBACK

**ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DE BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade

Brasília, DF
junho de 2019

MIRIAN DE FREITAS LERBACK

**ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DE BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade

Professor-Orientador

Prof.

Professor-Examinador

Brasília, DF
junho de 2019.

LERBACK, Mirian de Freitas.

Análise comparativa sobre a distribuição da riqueza de bancos públicos e privados no Brasil/ Mirian de Freitas Lerback – Brasília, DF, 2019.

Orientador: Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE). 1º Semestre de 2019.

42 p.

1. Setor Bancário. Demonstração do valor adicionado. Bancos públicos e privados. COSIF.

Dedico a conclusão deste curso de Graduação, através desta obra, aos meus pais e ao meu esposo Luiz Henrique, que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me abençoar colocando pessoas que me amam e me incentivam a melhorar a cada dia.

Agradeço também ao meu querido esposo, Luiz Henrique, por sempre me incentivar e me dar forças principalmente nos momentos mais difíceis da elaboração do TCC.

Sou muito grata também aos meus amados pais, Isaías e Glória, e à minha irmã, Raquel, por me darem suporte para superar as dificuldades que surgiram durante a graduação.

Agradeço também às minhas filhas, que mesmo tão pequenas abdicaram um pouquinho de tempo para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Aos meus amigos maravilhosos que tive o prazer de conhecer e estudar juntos durante a graduação na UnB, dentre esses, um agradecimento especial a minha amiga Cibelle, que sempre me ajudou, principalmente nos momentos mais desafiadores durante o período de faculdade.

Meus professores, especialmente meu orientador, Elivânio, que contribuíram compartilhando o conhecimento e experiências profissionais para que eu pudesse hoje, realizar um sonho, que é a minha graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília.

Sou muito grata a Deus por ter colocados todos vocês na minha vida, muito obrigada!

RESUMO

O setor bancário é altamente concentrado, pois apenas cinco grandes bancos detêm mais de 80% do mercado de crédito do país. Dentre esses cinco maiores bancos dois deles são predominantemente públicos, no caso o Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e os outros três são privados, são eles: Itaú, Bradesco e Santander. À luz da DVA (Demonstração do Valor Adicionado) foi feita uma comparação sobre a forma que essas cinco maiores instituições financeiras do Brasil distribuem o valor agregado que geram. Foi constatado que as instituições públicas destinam mais recursos que as privadas para pagamento de funcionários e terceiros, já as privadas, distribuem uma parcela maior do seu valor gerado para o seu capital próprio e para o governo com o pagamento de impostos, comparando com as empresas predominantemente públicas. Essa tendência de distribuição parte do pressuposto que há um conflito de interesse nas empresas públicas, ao passo que para cumprir seu papel social, essas entidades, muitas vezes tem a necessidade de abrir mão de parte do lucro, já as entidades privadas, possuem como foco a redução de custos e maximização dos lucros.

Palavras-chave: Bancos públicos e privados. Demonstração do Valor Adicionado. COSIF. Setor Bancário.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal.....	23
Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal ajustada.....	24
Tabela 3 - Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal.....	25
Tabela 4 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil.....	27
Tabela 5 - Valor Adicionado pelo Banco do Brasil.....	28
Tabela 6 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Itaú.....	29
Tabela 7 - Valor Adicionado pelo Banco Itaú.....	30
Tabela 8 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Santander.....	32
Tabela 9 - Valor Adicionado pelo Banco Santander.....	33
Tabela 10 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco.....	34
Tabela 11 - Valor Adicionado pelo Banco Bradesco.....	35
Tabela 12 – Médias de distribuição de valores agregados de 2009 a 2018.....	36
Tabela 13 – Aumento do valor agregado durante o período de 2009 a 2018.....	38

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal.....	24
Gráfico 2 - Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal.....	25
Gráfico 3 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil.....	27
Gráfico 4 - Valor Adicionado pelo Banco do Brasil.....	28
Gráfico 5 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Itaú.....	30
Gráfico 6 - Valor Adicionado pelo Banco Itaú.....	31
Gráfico 7 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Santander.....	32
Gráfico 8 - Valor Adicionado pelo Banco Santander.....	33
Gráfico 9 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco.....	34
Gráfico 10 - Valor Adicionado pelo Banco Bradesco.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN/BCB - Banco Central do Brasil

B.B – Banco do Brasil

BRGAAP - *Brazil Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil)

CEF - Caixa Econômica Federal

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOAR - Demonstração do Resultado Abrangente

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Padrões Internacionais de Demonstrativos Contábeis)

PIB - Produto Interno Bruto

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
1.2 Motivação	13
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivo Específico	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Sistema Financeiro Nacional (SFN).....	15
2.1.1 Instituições Financeiras Bancárias ou Monetárias	15
2.2 PADRÕES DE CONTABILIDADE ADOTADOS	16
2.2.1 BRGAAPS	16
2.2.2 IFRS	18
2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	19
3. METODOLOGIA	21
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS	23
4.1 Evolução da distribuição do Valor Adicionado da Caixa Econômica Federal	23
4.2 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Banco do Brasil	26
4.3 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Itaú.....	28
4.4 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Santander	31
4.5 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Bradesco	33
4.6 Comparação da Distribuição do valor agregado entre as instituições financeiras	36
5. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O mercado bancário brasileiro é muito concentrado, onde os cinco maiores bancos do país, segundo a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que publicou em seu *site*, no ano de 2019, baseada no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central, detêm 84,8% das operações de crédito do país. Dentre os três maiores, um é privado, no caso do Itaú, outro é uma sociedade de economia mista, no caso do Banco do Brasil, que possui o governo como acionista majoritário, e outro é constituído sob forma de caixa econômica, 100% pública, no caso da Caixa Econômica Federal, que apesar de não ser um banco, atua como um.

Uma grande diferença entre empresas públicas e privadas está na definição de seus objetivos principais. Entidades privadas têm como foco o aumento dos lucros, maximizando suas receitas e minimizando seus custos, tornando-as mais eficientes. Já as estatais, têm como prioridade o seu papel social e, às vezes, podem acabar sacrificando os objetivos comerciais para realizar políticas públicas e de bem-estar social, o que faz com que elas sejam consideradas menos eficientes.

“As estatais têm uma face privada e outra pública: de um lado elas têm um objetivo comercial, relacionado a produção e comercialização de um bem ou serviço; de outro, têm objetivos de política, como o desenvolvimento de setores “para trás” ou “para frente” da cadeia produtiva, a integração do território nacional, o atendimento a populações carentes, o nível de emprego, o controle da inflação, etc.” (PINHEIRO, 1996).

A contabilidade possui demonstrativos financeiros de modo a atender as necessidades de diversos usuários, como acionistas, auditores, governo e a sociedade em geral. Para informações sobre a geração e criação de riquezas pelas empresas, há a demonstração do valor adicionado (DVA), que será a fonte de informações e coleta de dados para esta pesquisa.

1.2 Motivação

A demonstração do valor adicionado, é um relatório que indica o quanto de valor uma empresa agregou ao seu produto ou serviço final, e utiliza os mesmo critérios para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com uma divergência apenas temporal, pois enquanto a contabilidade reconhece o valor agregado no momento de sua realização, as ciências econômicas o reconhecem no momento da sua produção. Além de tornar possível o conhecimento da parcela de valor agregado pela entidade, pode-se verificar também como ele foi distribuído, pois são discriminados na DVA os percentuais de quanto do valor gerado pela empresa foi destinado aos funcionários; ao governo, com o pagamento de impostos e taxas; a terceiros; e aos acionistas, na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio e, na conta de lucros retidos/ prejuízos do exercício, de acordo com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis CPC 09.

“A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.” (CPC09).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é comparar a evolução da distribuição da riqueza criada pelos cinco maiores bancos do país, que são Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander e Bradesco, no decorrer dos últimos dez anos.

1.3.2 Objetivo Específico

A comparação das instituições financeiras selecionadas será feita entre os bancos privados e os predominantemente públicos, os quais o governo federal seja dono da maior parte

ou dele por inteiro. É interessante observar a distribuição da riqueza gerada pelas instituições segregadas em públicas e privadas porque, devido às divergências em seus objetivos principais, as empresas do setor público podem apresentar comportamentos divergentes das privadas e, conseqüentemente, levar os usuários dessa informação a uma conclusão equivocada ao avaliar apenas a média do setor bancário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O Sistema Financeiro Nacional tem um importante papel na intermediação de recursos entre agentes superavitários, os poupadores de recursos, e os deficitários, os tomadores de recursos. Os mercados que fazem parte desse Sistema são: de moeda, crédito e câmbio; de capitais; de seguro, previdência aberta, capitalização e resseguro; e o de previdência fechada, que são também chamados fundos de pensão. (ABREU, 2018).

O órgão máximo do SFN é o Conselho Monetário Nacional (CMN), que é formado pelo Ministro da Fazenda, Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, que possui status de Ministro. A principal atribuição desse Conselho é fixar diretrizes e normas de política cambial, monetária e de crédito, de maneira a atender interesses econômicos e sociais. (NETO, 2014).

O Banco Central do Brasil é uma autarquia cuja atribuição principal é ser supervisor dos mercados de moeda, crédito e câmbio; e de capitais, neste último, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os agentes supervisores de cada mercado, garantem que as normas e regulamentações estabelecidas pelo CMN sejam cumpridas para garantir que haja confiança nesses mercados bem como a manutenção do poder de compra da moeda. (ABREU, 2018).

2.1.1 Instituições Financeiras Bancárias ou Monetárias

As Instituições Financeiras Bancárias são os principais agentes de intermediação entre os poupadores e tomadores de recursos. Essas instituições podem ser bancos comerciais, caixas econômicas, ou cooperativas de crédito. (ABREU, 2018)

As Instituições Monetárias têm a capacidade de interferir nos meios de pagamento da economia, pois captam depósitos à vista de seus correntistas e cooperados, uma parcela desses recursos captados são retidos como forma de reservas e a outra parte é emprestada por meio de operações de crédito. Nesse processo de intermediação, há criação de moeda escritural. (NETO, 2014).

2.2 PADRÕES DE CONTABILIDADE ADOTADOS

Por determinação do CMN, através da Resolução nº 3.786/09, pode ser constatada a obrigação de divulgação das demonstrações contábeis das instituições financeiras realizada por dois padrões distintos, o das BRGAAPS e das IFRS.

“as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria devem divulgar dois conjuntos de demonstrações financeiras, elaboradas com base em modelos contábeis distintos: o primeiro, fundamentado no Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), sob responsabilidade do Banco Central do Brasil (BCB); o segundo, com base nas International Financial Reporting Standards (IFRS), editadas pelo International Accounting Standards Board (IASB).” (CUNHA, DANTAS E MEDEIROS, 2015)

2.2.1 BRGAAPS

O termo GAAP é uma abreviação do termo *Generally Accepted Accounting Principles*, que significa Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, o “BR” remete ao Brasil, logo, faz menção a contabilidade adotada no Brasil. Essas normas contábeis são elaboradas de maneira regionalizada, ou seja, cada país utiliza seus princípios geralmente aceitos de maneira a adequar a contabilidade à legislação vigente no território de cada um.

No Brasil, as BR GAAPS são formadas por uma série de leis, regulamentações e pronunciamentos de órgãos normativos e executivos do país. No caso das Instituições Financeiras, a legislação aplicável, segundo Corrêa (2013), é o conjunto que contém as seguintes normas: “Lei nº 4.595/64 – lei do Sistema Financeiro Nacional; Lei 6.404-76 – lei das Sociedades por ações (e suas alterações pelas Leis nº 11.638/07 e nº11.941/09, que tiveram por objetivo harmonizar a lei brasileira com a internacional).”

Os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) também devem ser seguidos.

Apesar do Brasil ter as suas próprias normas contábeis, com o processo de convergência da elaboração das demonstrações contábeis para o padrão internacional, a legislação brasileira também sofreu alterações, de modo a adequar a utilização desse padrão global, como por exemplo, a adoção da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76. Dentre as alterações, cabe destacar a criação da obrigação legal de elaborar, auditar e divulgar a Demonstração do Valor Adicionado, que é o demonstrativo utilizado neste presente trabalho.

2.2.1.2 COSIF

No que tange às BR GAAPS aplicáveis às Instituições Financeiras, há a figura do COSIF, que contém o plano de contas e as regras a serem seguidos pelas Instituições Financeiras que atuam no Brasil.

O Conselho Monetário Nacional é quem possui a competência para expedir normas gerais de contabilidade, que devem ser observadas pelas Instituições Financeiras, porém as normas específicas são elaboradas pelo Banco Central. Todas essas normas devem estar em consonância com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, segundo a Resolução do CFC nº 1.282/10. (NIYAMA E GOMES, 2012).

O COSIF é um documento que contém normas e procedimentos a serem adotados pelas Instituições Financeiras, dentre elas, os Bancos que possuem carteira Comercial, objeto de estudo deste trabalho. Esse documento tem como objetivo, segundo Niyama e Gomes, (2012), de:

“uniformizar os registros, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários a obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle pelo Banco Central, de modo que as demonstrações financeiras expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição.” (NIYAMA E GOMES, 2012)

Logo, o COSIF tem como objetivo padronizar a contabilidade das Instituições Financeiras, bem como permitir o acompanhamento e o controle pelo Banco Central, de maneira a garantir a solidez do Sistema Financeiro Nacional, como explanado no *site* do Banco Central do Brasil no seguinte trecho:

“O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.” (BCB)

2.2.2 IFRS

As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são um conjunto de normas internacionais de contabilidade e o Brasil passou a adotá-las com a Lei 11.638/07.

O processo de convergência das normas brasileiras para as internacionais teve início com o surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Esse Comitê foi criado a partir da Resolução nº 1.005/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e tem como objetivo emitir pronunciamentos, orientações e interpretações com base no IFRS.

Os pronunciamentos do CPC, de acordo com Corrêa (2013), não possuem poder normativo, pois a Constituição Federal Brasileira impede que organismos públicos deleguem essa função normativa para outras instituições. A aplicação desses pronunciamentos ocorre quando órgãos que possuem o poder de regulamentar, a determinem por meio de resoluções.

Devido a alteração da legislação brasileira, é possível observar a presença dos padrões internacionais tanto nas BRGAAPs quanto nas IFRS, porém nas normas brasileiras o processo de convergência ocorre de maneira gradual, à medida que os órgãos reguladores emitem resoluções que adotam as IFRS por meio dos pronunciamentos do CPC; já o padrão IFRS é a própria aplicação dessas normas emitidas pelo IASB. (CORRÊA, 2013)

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A demonstração do valor adicionado tornou-se obrigatória para as entidades constituídas sobre forma de Sociedade por Ações (S.A.) com a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, que alteraram a Lei nº 6.404/76 (Lei das S.As). O fato da legislação brasileira ter tornado a DVA obrigatória e substituído a demonstração do resultado abrangente (DOAR) pela DFC (demonstração do fluxo de caixa), segundo Cardoso, Saravia, Tenório e Silva (2009), pode ser explicado pela teoria do interesse público, pois uma quantidade razoável de companhias abertas divulgaram essas informações de forma complementar no ano de 2007, quando ainda era facultativo.

Segundo o CPC 09, a DVA representa um dos componentes do Balanço Social e tem objetivo de evidenciar a riqueza criada por uma entidade, bem como a sua distribuição, em um determinado período. Esse pronunciamento trata também da importância da DVA para os usuários, como os investidores, que se fundamenta na possibilidade de avaliação do papel da entidade para a sociedade na qual ela está inserida. O governo também pode ser um usuário dessas informações, pois possui interesse direto de avaliar como a empresa em questão afeta o meio no qual ela está inserida, seja com o pagamento de impostos, que se tornam recursos públicos para serem investidos na população, seja com o pagamento de salários, que aumenta a renda da população, diminui o desemprego, aumenta a demanda por bens e serviços aquecendo a economia local ou seja com a demanda por serviços de terceiros, que também influencia de forma positiva o mercado daquela região.

“Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de investimento pode ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer.” (CPC09)

A demonstração do valor adicionado evidencia a parcela de riqueza criada pela própria entidade, ou seja, ela exclui do seu cálculo o valor que foi agregado por outras empresas, das quais ela consome produtos ou serviços. No caso das instituições financeiras bancárias, a formação da riqueza é composta, segundo o CPC 09, por: receitas de intermediação financeira líquidas, constituída principalmente pelas operações de crédito, arrendamento mercantil,

resultados de câmbio, entre outras; receitas de prestação de serviços, formadas por tarifas pagas pelos clientes por serviços bancários; provisão para créditos de liquidação duvidosa (conta redutora); entre outras.

Os insumos adquiridos de terceiros são reduzidos da riqueza criada para que seja possível observar apenas o valor que foi agregado pela empresa em questão. Esses principais insumos são: materiais, energia e outros; serviços de terceiros, com pessoal terceirizado; depreciação, amortização e exaustão; e perda e recuperação de valores ativos (ajustes positivos ou negativos, de valor de mercado). Deve-se considerar também os valores adicionados recebidos e transferência que são: os resultados de equivalência patrimonial (pode ser receitas ou despesas); e outras receitas.

O CPC 09 também fornece a estrutura da distribuição dessa riqueza gerada. A destinação desses valores é feita da seguinte maneira: remunerando o pessoal da entidade, com o pagamento de salários e seus encargos; remunerando o governo, por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições; remunerando o capital de terceiros, principalmente pelos alugueis, inclusive despesas com arrendamento mercantil e outras despesas; e remunerando o capital próprio, sobre forma de juros sobre o capital próprio e dividendos, e sobre lucros retidos e prejuízos do exercício.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo principal a descrição de determinada situação, estabelecendo relações entre as variáveis; os procedimentos de coleta foram: documental e bibliográfico, devido ao uso das demonstrações contábeis publicadas nos *websites* dos grandes bancos e a consulta a livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos para melhor fundamentação da pesquisa.

A amostra utilizada foi a dos cinco maiores bancos que atuam no Brasil, são eles: Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. Devido a alta concentração bancária no Brasil, essas cinco instituições possuem 84,8% do mercado de crédito do país, segundo o relatório mais recente de Economia Bancária, do Banco Central.

O demonstrativo utilizado para a coleta de dados foi a Demonstração do Valor Adicionado dos períodos de 2009 a 2018, consolidada e elaborada de acordo com as BRGAAPs, pois as instituições observadas atuam no Brasil e devem seguir as normas vigentes no país. Este trabalho poderá ser usado futuramente como referência para avaliar os impactos da criação e distribuição do valor adicionado na economia local.

Foram elaborados gráficos e tabelas com o percentual de distribuição do valor agregado, ano a ano, no período de 10 anos (compreendido dos anos de 2009 a 2018), de cada Instituição Financeira, separadamente, foi feita uma média aritmética simples que englobou a média de todos os bancos nesse período, independentemente de serem públicos ou privados para se obter uma média de distribuição de valor do setor financeiro.

Posteriormente, as instituições foram segregadas em públicas e privadas, e outra média foi obtida, afim de comparar a média de distribuição de valor dos bancos públicos e dos bancos privados com a média do setor, bem como compará-las entre si (bancos públicos com bancos privados).

Como a distribuição do valor adicionado é percentual, houve a necessidade de observar a evolução do valor criado pelos bancos que compõem a amostra deste trabalho, no período limitado por esta pesquisa. Para tanto, os dados foram colocados em tabelas e posteriormente

organizados em gráficos que evidenciam a evolução ano a ano do valor agregado por essas instituições, e então foi feita uma comparação da variação da distribuição do valor com a variação da criação do valor.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

4.1 Evolução da distribuição do Valor Adicionado da Caixa Econômica Federal

Foi elaborado um gráfico em barras com cada barra representando 100% do valor adicionado que foi distribuído ano a ano. O período compreendido é o dos anos de 2009 até 2018 e cada divisão dessa barra, representa o percentual destinado aos empregados, ao governo, a terceiros e a remuneração do capital próprio.

Para a elaboração do gráfico, foi elaborada uma tabela com as informações das DVAs retiradas dos relatórios financeiros da Caixa Econômica Federal (CEF). Esses relatórios trouxeram além dos quatro grupos citados para a distribuição do valor adicionado, uma quinta segregação na forma de Lucros Retidos, como a tabela abaixo:

Tabela 1- Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal

DVA CEF - Distribuição						
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	LUCROS RETIDOS	
2009	60,40%	13,28%	4,53%	4,81%	16,98%	100,00%
2010	63,57%	6,40%	4,24%	5,18%	20,61%	100,00%
2011	58,52%	9,74%	3,75%	14,95%	13,04%	100,00%
2012	58,98%	8,37%	4,32%	24,24%	4,10%	100,01%
2013	60,21%	7,87%	4,67%	16,61%	10,64%	100,00%
2014	59,12%	10,91%	4,76%	13,10%	12,11%	100,00%
2015	73,15%	-7,25%	5,80%	14,84%	13,46%	100,00%
2016	64,63%	16,51%	5,10%	5,35%	8,41%	100,00%
2017	50,40%	16,08%	3,64%	5,62%	24,26%	100,00%
2018	49,72%	21,24%	3,64%	8,18%	17,22%	100,00%

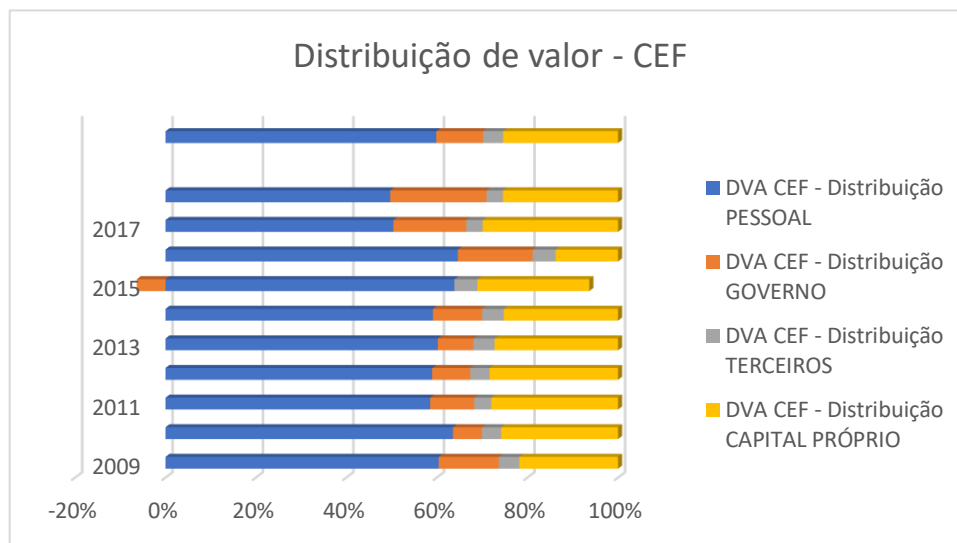
Fonte: (Elaboração própria).

Afim de tornar a informação comparável, os campos de lucros retidos e de capital próprio foram somados, afim de apresentar a demonstração como a das outras instituições. Portanto, foi elaborada uma outra tabela e a partir dela foi elaborado o gráfico e feito o cálculo da média de distribuição do valor adicionado pela CEF.

Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal: ajustada

DVA CEF – Distribuição					
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	
2009	60,40%	13,28%	4,53%	21,79%	100,00%
2010	63,57%	6,40%	4,24%	25,79%	100,00%
2011	58,52%	9,74%	3,75%	27,99%	100,00%
2012	58,98%	8,37%	4,32%	28,34%	100,00%
2013	60,21%	7,87%	4,67%	27,25%	100,00%
2014	59,12%	10,91%	4,76%	25,21%	100,00%
2015	73,15%	-7,25%	5,80%	28,30%	100,00%
2016	64,63%	16,51%	5,10%	13,76%	100,00%
2017	50,40%	16,08%	3,64%	29,88%	100,00%
2018	49,72%	21,24%	3,64%	25,40%	100,00%
MÉDIA	59,87%	10,32%	4,45%	25,37%	100,00%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 1 - Distribuição do Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal

Fonte: (Elaboração própria).

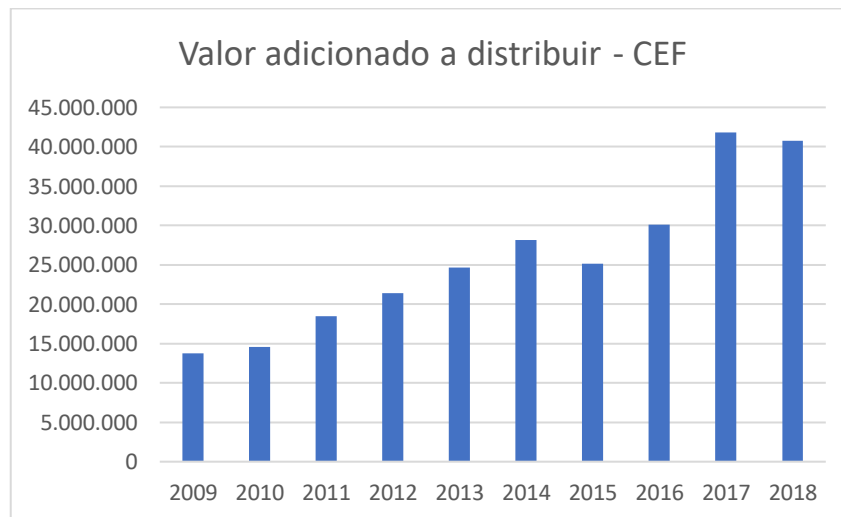
O gráfico e a tabela mostram que em média a Caixa Econômica Federal, distribuiu 59,87% do seu valor agregado para os seus funcionários, 10,32% para o governo, 4,45% para terceiros e 25,37% para remunerar o seu capital próprio ao longo dos 10 últimos anos observados.

A seguir, podemos ver como o valor agregado da CEF evoluiu ao longo dos 10 anos, pois como a distribuição desse resultado é uma proporção do valor adicionado gerado, é importante observarmos também a evolução desses valores.

Tabela 3 - Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal

Valor adicionado a distribuir			
ano	números absolutos	aumento em relação ao ano anterior %	
2009	13.767.029		
2010	14.608.276	1,0611	6,11%
2011	18.512.822	1,2673	26,73%
2012	21.407.484	1,1564	15,64%
2013	24.668.423	1,1523	15,23%
2014	28.130.495	1,1403	14,03%
2015	25.129.357	0,8933	-10,67%
2016	30.069.598	1,1966	19,66%
2017	41.785.732	1,3896	38,96%
2018	40.761.315	0,9755	-2,45%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 2 - Valor Adicionado pela Caixa Econômica Federal

Fonte: (Elaboração própria).

Ao observarmos o valor gerado pela empresa, podemos entender o aumento significativo que houve em 2015 com pagamento de pessoal. A maior parcela da remuneração dos funcionários costuma ser fixa, e a menor parte variável, com bônus e participações nos lucros, por exemplo. Ao passo em que houve uma redução de 10,67% do valor criado, com relação ao ano anterior, o percentual desse gasto fixo, passou a representar uma quantidade maior da totalidade desse valor.

Com relação aos impostos, uma redução no lucro, que está diretamente ligada à geração do valor agregado, reduz o valor dos impostos que utilizam o lucro como base de cálculo. Os valores distribuídos a terceiros representam pouco do valor distribuído e se mantiveram

próximos da média; no ano de 2015 os valores alocados para terceiros também representaram um percentual maior, devido à queda do valor agregado pela instituição, pois também são predominantemente fixos, ou seja, o aumento do valor adicionado pela empresa não aumenta significativamente a demanda por serviços de terceiros, fazendo com que o percentual de distribuição diminua.

A remuneração do capital próprio manteve-se próximo da média e os seus percentuais maiores ocorreram quando a distribuição com o governo reduziu, em contrapartida, quando o governo recebeu maior parcela do valor agregado, a remuneração do capital próprio diminuiu.

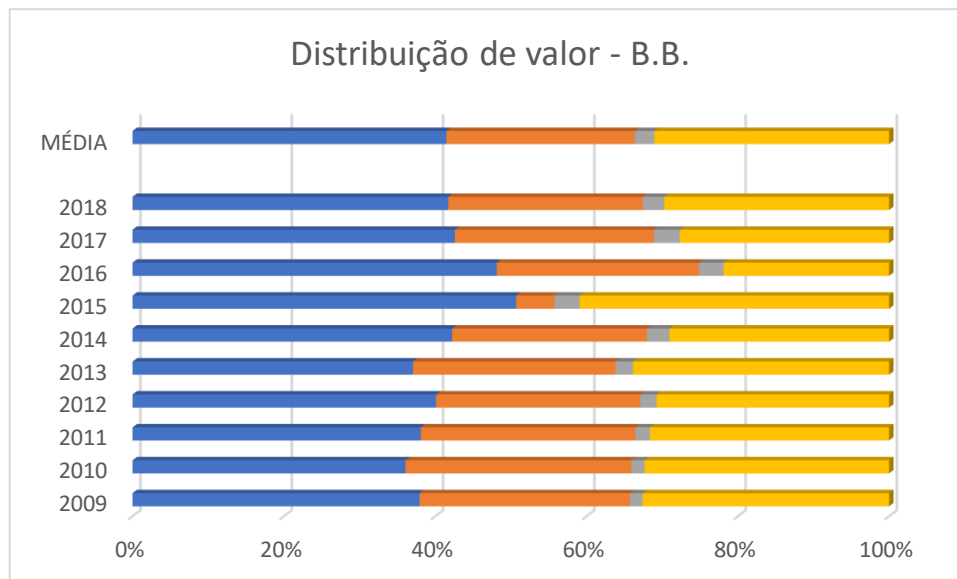
4.2 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Banco do Brasil

O Banco do Brasil, como podemos observar pela tabela e pelo gráfico abaixo, manteve os percentuais de distribuição do seu valor adicionado constantes ao longo dos últimos 10 anos. A maior variação foi no ano de 2015, período no qual houve uma redução no seu valor gerado, afetando, portanto, os percentuais de distribuição. Os indicadores que são compostos por gastos predominantemente fixos, como pagamento de funcionários e terceiros, passaram a representar um percentual maior do valor agregado total a distribuir. Os gastos variáveis, como o pagamento ao governo e a remuneração do capital próprio, também tiveram alteração e o aumento dos valores distribuídos aos acionistas veio da redução brusca dos pagamentos de impostos no ano em questão.

Tabela 4 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil

DVA BB - distribuição					
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	
2009	37,92%	27,83%	1,65%	32,60%	100,00%
2010	36,07%	29,85%	1,74%	32,34%	100,00%
2011	38,10%	28,38%	1,90%	31,62%	100,00%
2012	40,11%	27,00%	2,16%	30,73%	100,00%
2013	37,06%	26,77%	2,33%	33,84%	100,00%
2014	42,23%	25,76%	2,97%	29,04%	100,00%
2015	50,70%	5,05%	3,32%	40,93%	100,00%
2016	48,13%	26,73%	3,25%	21,89%	100,00%
2017	42,60%	26,31%	3,42%	27,67%	100,00%
2018	41,72%	25,72%	2,84%	29,72%	100,00%
MÉDIA	41,46%	24,94%	2,56%	31,04%	100,00%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 3 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco do Brasil

Fonte: (Elaboração própria).

Com relação ao valor adicionado no período dos 10 últimos anos, em média, houve crescimento, exceto nos períodos de 2014 e 2015. No período de 2014, a redução do valor agregado fez com que a distribuição com funcionários e com terceiros, representassem maior percentual do total a ser distribuído, pois apresentam características predominantemente fixas; os gastos com o governo diminuiram timidamente, e a redução de seus percentuais foi menor

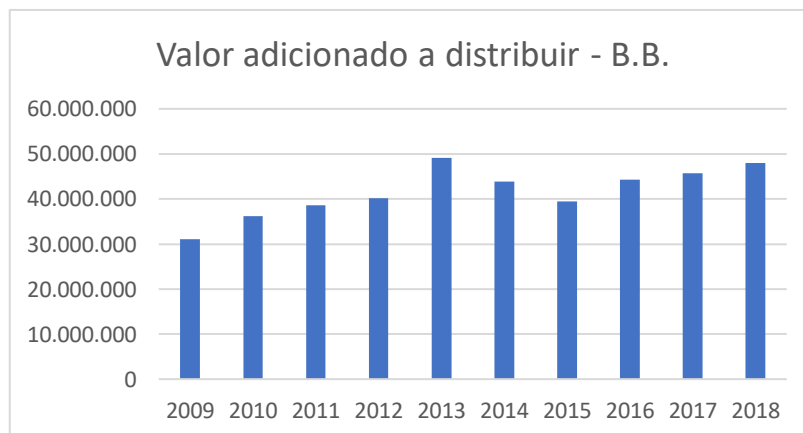
que o percentual do aumento do pagamento a funcionários e terceiros, logo reduziu a parcela distribuída com a remuneração do capital próprio.

Tabela 5 - Valor Adicionado pelo Banco do Brasil

Valor adicionado a distribuir			
ano	números absolutos	aumento em relação ao ano anterior %	
2009	31.116.269		
2010	36.179.833	1,1627	16,27%
2011	38.638.689	1,0680	6,80%
2012	40.225.240	1,0411	4,11%
2013	49.051.040	1,2194	21,94%
2014	43.798.382	0,8929	-10,71%
2015	39.436.762	0,9004	-9,96%
2016	44.341.698	1,1244	12,44%
2017	45.764.448	1,0321	3,21%
2018	47.980.304	1,0484	4,84%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 4 - Valor Adicionado pelo Banco do Brasil



Fonte: (Elaboração própria).

4.3 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Itaú

A distribuição do valor agregado pelo Itaú ao longo dos anos de 2009 a 2018 foi feita de maneira muito constante, mantendo os percentuais de cada período variando pouco com relação a média, com exceção dos anos de 2015 e 2016, nos quais houve uma variação maior.

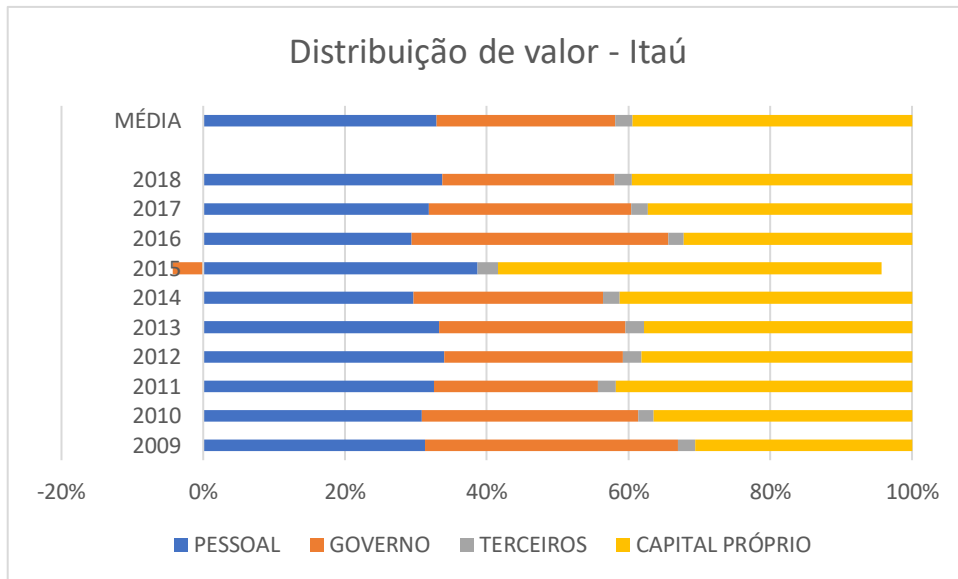
No ano de 2015 houve um aumento significativo na distribuição com pessoal, que passou a representar 42,30% da distribuição, e logo no ano seguinte, uma redução brusca, levou esse gasto a corresponder 29,40% do valor agregado total.

Com relação ao pagamento de impostos, em 2015 houve uma redução que chegou a deixar o valor negativo, logo em seguida houve um aumento desses valores; sobre a distribuição a terceiros, os percentuais também se mantiveram muito constantes, porém, no período de 2015 houve um aumento, mas no ano seguinte retornou ao valor médio. A alocação para o capital próprio aumentou no ano de 2015 as custas da redução do valor destinado ao governo, já no ano de 2016 ocorreu o contrário, ou seja, o valor distribuído para o capital próprio reduziu, enquanto os que foi destinado ao governo aumentou.

Tabela 6 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Itaú

DVA ITAU – Distribuição					
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	
2009	31,30%	35,72%	2,41%	30,57%	100,00%
2010	30,83%	30,55%	2,18%	36,44%	100,00%
2011	32,60%	23,10%	2,50%	41,80%	100,00%
2012	34,00%	25,20%	2,60%	38,20%	100,00%
2013	33,30%	26,30%	2,60%	37,80%	100,00%
2014	29,70%	26,70%	2,40%	41,20%	100,00%
2015	42,30%	-4,70%	3,20%	59,20%	100,00%
2016	29,40%	36,20%	2,20%	32,20%	100,00%
2017	31,80%	28,60%	2,30%	37,30%	100,00%
2018	33,80%	24,30%	2,40%	39,60%	100,10%
MÉDIA	32,90%	25,20%	2,48%	39,43%	100,01%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 5 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Itaú

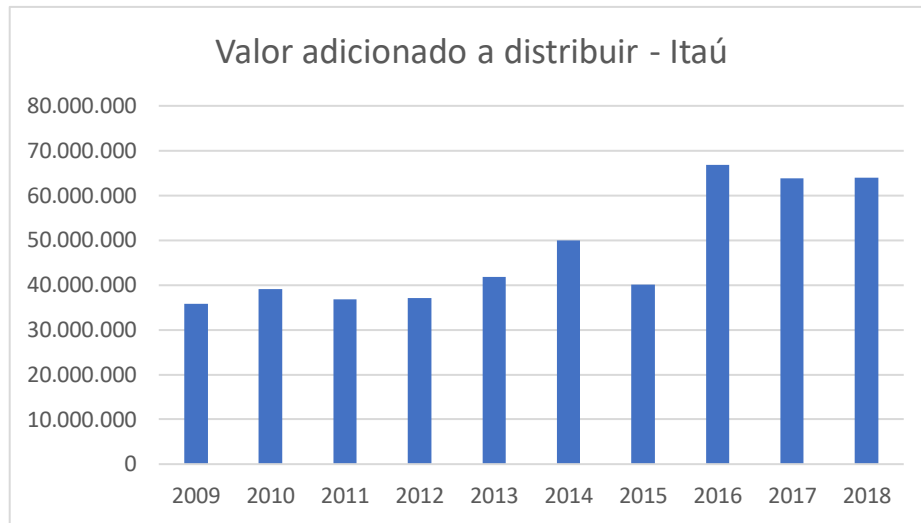
Fonte: (Elaboração própria).

Ao observarmos os valores absolutos da criação do valor pelo Banco Itaú, podemos ver que no ano de 2015 o valor com pessoal, que costuma ser predominantemente fixo, passou a representar maior parte do valor distribuído total, pois houve uma redução no valor agregado. O contrário aconteceu no ano de 2016, pois o valor agregado aumentou significativamente, logo os gastos com pessoal e terceiros passaram a representar um menor percentual do valor adicionado total.

Tabela 7 - Valor Adicionado pelo Banco Itaú

Valor adicionado a distribuir			
ano	números absolutos	aumento em relação ao ano anterior %	
2009	35.756.086		
2010	39.099.984	1,0935	9,35%
2011	36.809.931	0,9414	-5,86%
2012	37.016.955	1,0056	0,56%
2013	41.868.836	1,1311	13,11%
2014	49.991.576	1,1940	19,40%
2015	40.117.273	0,8025	-19,75%
2016	66.834.663	1,6660	66,60%
2017	63.744.559	0,9538	-4,62%
2018	63.963.868	1,0034	0,34%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 6 - Valor Adicionado pelo Banco Itaú

Fonte: (Elaboração própria).

Com relação aos impostos, no ano de 2015 houve uma redução e conseqüentemente, um aumento significativo do capital próprio. Já no ano de 2016, devido a uma alta no valor agregado, o valor pago ao governo foi maior, pela presença dos tributos incidentes sobre o lucro. Em 2016, com o aumento da distribuição do valor para o governo, o capital próprio recebeu uma parcela menor do valor agregado.

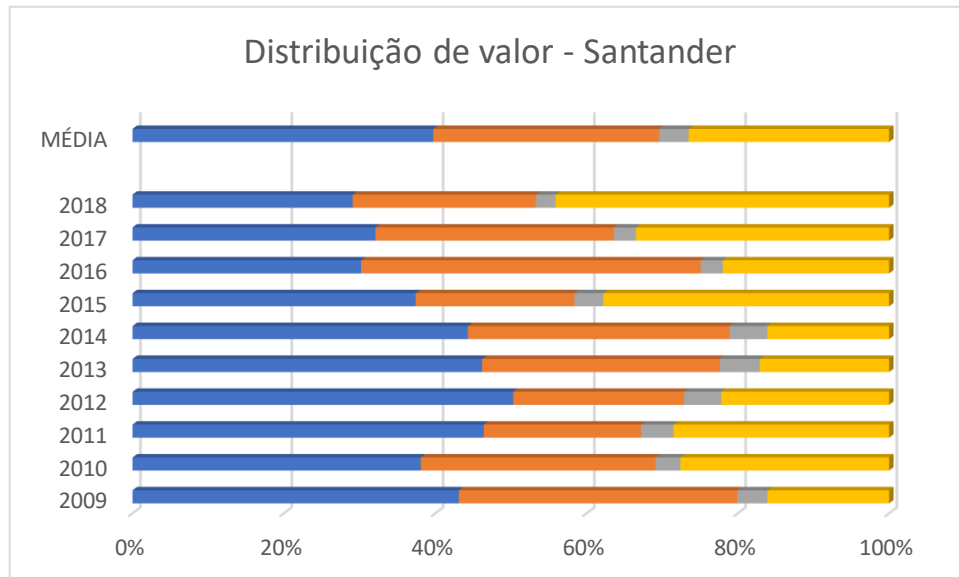
4.4 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Santander

O Banco Santander teve seus percentuais de distribuição do seu valor agregado com valores mais disperso com relação as médias calculadas. A alta variação desses valores, está ligada a variação do valor agregado ano a ano.

Tabela 8 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Santander

DVA SANTANDER - Distribuição					
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	
2009	43,10%	36,80%	4,00%	16,10%	100,00%
2010	38,10%	31,00%	3,30%	27,60%	100,00%
2011	46,40%	20,80%	4,30%	28,50%	100,00%
2012	50,30%	22,60%	4,90%	22,20%	100,00%
2013	46,20%	31,40%	5,30%	17,10%	100,00%
2014	44,30%	34,60%	5,00%	16,10%	100,00%
2015	37,40%	21,00%	3,80%	37,80%	100,00%
2016	30,20%	44,90%	2,90%	22,00%	100,00%
2017	32,10%	31,50%	2,90%	33,50%	100,00%
2018	29,10%	24,20%	2,60%	44,10%	100,00%
MÉDIA	39,72%	29,88%	3,90%	26,50%	100,00%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 7 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Santander

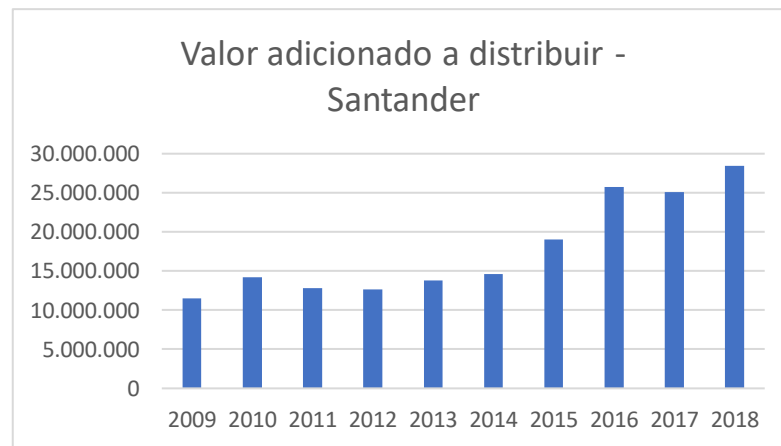
Fonte: (Elaboração própria).

Observando o gráfico e a planilha, constata-se que os percentuais de distribuição, tanto com funcionários, com governo, com terceiros e com capital próprio, ficaram afastados da média auferida nesse período de 10 anos.

Tabela 9 - Valor Adicionado pelo Banco Santander

Valor adicionado a distribuir			
ano	números absolutos	aumento em relação ao ano anterior %	
2009	11.537.444		
2010	14.216.374	1,2322	23,22%
2011	12.774.967	0,8986	-10,14%
2012	12.686.753	0,9931	-0,69%
2013	13.775.806	1,0858	8,58%
2014	14.633.047	1,0622	6,22%
2015	19.010.468	1,2991	29,91%
2016	25.749.891	1,3545	35,45%
2017	25.075.601	0,9738	-2,62%
2018	28.448.738	1,1345	13,45%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 8 - Valor Adicionado pelo Banco Santander

Fonte: (Elaboração própria).

Os valores agregados em números absolutos, mostram uma redução da criação de riqueza pelo banco nos anos de 2011, 2012 e 2017. Nesses períodos específicos, as distribuições com pessoal e terceiros aumentaram em termos percentuais e a remuneração do capital próprio cresceu quando a distribuição para o governo reduziu e vice-versa.

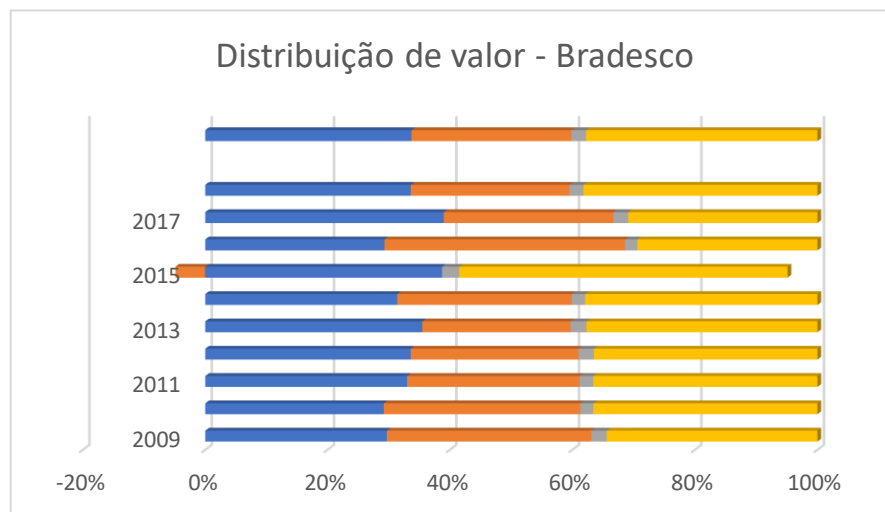
4.5 Evolução da distribuição do Valor Adicionado do Bradesco

As informações do Banco Bradesco apresentaram resultados próximos da média durante a maior parte do período observado, conforme a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 10 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco

DVA BRADESCO - Distribuição					
ANO	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO	
2009	29,70%	33,40%	2,50%	34,40%	100,00%
2010	29,20%	32,10%	2,10%	36,60%	100,00%
2011	33,00%	28,20%	2,20%	36,60%	100,00%
2012	33,60%	27,40%	2,50%	36,50%	100,00%
2013	35,50%	24,20%	2,60%	37,70%	100,00%
2014	31,40%	28,50%	2,20%	37,90%	100,00%
2015	42,90%	-5,40%	3,10%	59,40%	100,00%
2016	29,30%	39,30%	2,00%	29,40%	100,00%
2017	39,00%	27,70%	2,40%	30,90%	100,00%
2018	33,60%	25,90%	2,30%	38,20%	100,00%
MÉDIA	33,72%	26,13%	2,39%	37,76%	100,00%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 9 - Distribuição do Valor Adicionado pelo Banco Bradesco

Fonte: (Elaboração própria).

No ano de 2015, os valores distribuídos com pessoal e terceiros tiveram aumentos nas proporções devido a queda na criação de valor pelo banco, o que mostra que há uma parcela predominante fixa com relação a esses gastos. Ainda neste período, houve uma redução nos valores distribuídos ao governo, o que aumentou significativamente a parcela destinada ao capital próprio da entidade.

No ano de 2016, houve um grande aumento no valor agregado, que atingiu o seu maior valor, em números absolutos, durante todo o período observado. Em decorrência desse aumento, os valores com pessoal e terceiros, apresentaram percentuais bem reduzidos, pois

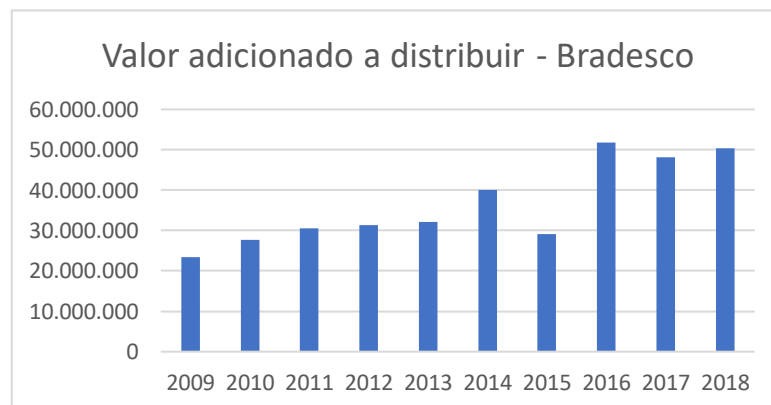
passaram a representar menor valor com relação ao total a ser distribuído. Em contrapartida, a distribuição para o governo atingiu o seu percentual mais elevado, devido a incidência de tributos sobre o lucro, que como foi maior, aumentou a obrigação tributária da instituição. O grande aumento do valor distribuído ao governo, superou a redução da distribuição com funcionários e com terceiros, restando para o capital próprio o menor percentual distribuído a ele em todo o período estudado.

Tabela 11 - Valor Adicionado pelo Banco Bradesco

Valor adicionado a distribuir			
ano	números absolutos	aumento em relação ao ano anterior %	
2009	23.370.651		
2010	27.671.568	1,1840	18,40%
2011	30.549.530	1,1040	10,40%
2012	31.363.266	1,0266	2,66%
2013	32.081.824	1,0229	2,29%
2014	40.134.135	1,2510	25,10%
2015	29.142.375	0,7261	-27,39%
2016	51.801.607	1,7775	77,75%
2017	48.148.062	0,9295	-7,05%
2018	50.320.440	1,0451	4,51%

Fonte: (Elaboração própria).

Gráfico 10 - Valor Adicionado pelo Banco Bradesco



Fonte: (Elaboração própria).

4.6 Comparação da Distribuição do valor agregado entre as instituições financeiras

A distribuição do valor adicionado seguiu uma tendência, na qual foi constatada que gastos com pessoal e terceiros têm características fixas, em termos absolutos, logo os percentuais variam à medida que a criação de valor oscila. Foi identificada também uma relação inversamente proporcional entre governo e capital próprio, pois enquanto a distribuição de um aumentava, a do outro diminuía.

Foi elaborada uma tabela para observar a média da destinação dos recursos gerados no setor financeiro, que é uma média da distribuição dos cinco grandes bancos estudados; a média dos bancos públicos, que engloba a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil; e a média dos bancos privados, que é composta pelos bancos Itaú, Santander e Bradesco.

Tabela 12 – Médias de distribuição de valores agregados de 2009 a 2018

MÉDIAS DOS BANCOS - DVA				
	PESSOAL	GOVERNO	TERCEIROS	CAPITAL PRÓPRIO
CEF	59,87%	10,32%	4,45%	25,37%
BB	41,46%	24,94%	2,56%	31,04%
ITAÚ	32,90%	25,20%	2,48%	39,43%
SANTANDER	39,72%	29,88%	3,90%	26,50%
BRDESCO	33,72%	26,13%	2,39%	37,76%
Grandes Bancos	41,54%	23,29%	3,15%	32,02%
Bancos Públicos	50,67%	17,63%	3,50%	28,20%
Bancos Privados	35,45%	27,07%	2,92%	34,56%

Fonte: (Elaboração própria)

Ao observar as médias de distribuição dos grandes bancos no período de 2009 a 2018, podemos verificar que os bancos públicos distribuem um percentual maior dos seus valores agregados a seus funcionários e terceiros do que os bancos privados. Em contrapartida, os bancos privados distribuem um percentual maior do que os públicos para o governo e para o capital próprio.

No ano de 2015, todos os bancos apresentaram uma redução considerável na distribuição com os impostos, independentemente de haver aumento ou redução nos seus valores agregados. Essa situação pode ser explicada por um fator externo, que foi a edição da Lei nº 12.838/13 que trata da geração de créditos tributários referentes a provisão para créditos

de liquidação duvidosa. Essa lei entrou em vigor no ano de 2014, e um possível crédito tributário pode ter sido apurado em 2014, produzindo seus efeitos no resultado em 2015, com a sua utilização.

“Art. 2º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio, poderão apurar crédito presumido a partir de provisões para créditos de liquidação duvidosa, em cada ano-calendário, quando apresentarem de forma cumulativa:

I - créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, existentes no ano-calendário anterior; e

II - prejuízo fiscal apurado no ano-calendário anterior.” (Lei nº 12.838/13)

O Banco do Brasil, é majoritariamente público, porém a distribuição do seu valor adicionado se assemelha mais com a dos bancos privados do que com a da Caixa Econômica Federal, que é 100% pública. A distribuição com os funcionários fica acima da média dos bancos privados e a remuneração do capital próprio um pouco abaixo, o que deve ocorrer, devido a presença do controle do governo. A presença dos acionistas privados, interfere na distribuição dos valores, distanciando o Banco do Brasil do modelo de destinação da riqueza aplicado pela Caixa Econômica Federal. O conflito de interesse das empresas, evidenciado no começo do trabalho, que diz que as empresas públicas têm foco principal nos seus objetivos sociais e as empresas privadas tem foco principal na remuneração do seu capital próprio e obtenção de lucro, fica visível ao observar e comparar esses dados.

Com relação ao Banco Santander, os números se assemelham aos do Banco do Brasil, não pela presença do governo, e sim por fatores externos a ele, como por exemplo, a remuneração dos funcionários, que segue um piso mínimo a ser observado por todas as instituições bancárias, independentemente do seu porte e é estabelecido por negociações coletivas, logo, o valor da remuneração acaba consumindo um percentual do valor agregado maior, pois o Santander é a instituição, dentre as grandes, que menos gera valor com as suas atividades. Podemos observar, na tabela e no gráfico específico deste banco, que a medida que o Santander consegue criar mais valor, o percentual que remunera o seu pessoal e terceiros, que tem características predominantemente fixas, diminui, em contrapartida, a remuneração com governo e com capital próprio aumenta. Nos quatro últimos anos, podemos observar uma aproximação dos percentuais de distribuição desta instituição com a dos outros bancos privados.

Tabela 13 – Aumento do valor agregado durante o período de 2009 a 2018

AUMENTO DO VALOR AGREGADO de 2009 a 2018				
	Em 2009	Em 2018	AUMENTO	
	inicial	final	índice	%
CEF	13.767.029	40.761.315	2,9608	296,08%
BB	31.116.269	47.980.304	1,5420	154,20%
ITAÚ	35.756.086	63.963.868	1,7889	178,89%
SANTANDER	11.537.444	28.448.738	2,4658	246,58%
BRDESCO	23.370.651	50.320.440	2,1531	215,31%

Fonte: (Elaboração própria).

Essa tabela de números absolutos do aumento do valor agregado das instituições não está atualizada pela inflação do período, pois como o objetivo não é observar os crescimentos individuais, e sim uma comparação entre instituições que atuam no mesmo mercado e, conseqüentemente, estão expostas à inflação da mesma maneira, portanto não houve a necessidade de atualizar os índices.

Observando a tabela com os valores agregados constatados no começo e no final do período estudado, podemos perceber que as instituições que passaram a agregar mais valor, em termos absolutos, foram, em primeiro lugar a Caixa Econômica Federal seguida pelos bancos Santander, Bradesco, Itaú e Banco do Brasil. Os bancos que agregavam menor valor no ano de 2008 foram os que mais cresceram no quesito de geração de valor.

A Caixa Econômica Federal, que teve o maior aumento, em termos absolutos dentre os cinco grandes bancos pesquisados, tem se aproximado dos outros quatro grandes bancos cada vez mais, o que mostra que apesar da sua parte social, há uma busca por eficiência que se tornou mais intensa nos últimos anos.

5. CONCLUSÃO

De acordo com PINHEIRO (1996), as empresas controladas pelo governo têm objetivos comerciais e sociais, que por natureza são conflitantes. Ao observarmos a distribuição do valor agregado por essas empresas na economia, podemos verificar que os bancos privados distribuíram maior percentual do seu valor gerado para o governo, com o pagamento de impostos, e para o capital próprio. Em contrapartida, os bancos predominantemente públicos distribuíram maior percentual de seu valor agregado com pagamento de funcionários e com serviços demandados de terceiros.

O Banco do Brasil é um grande exemplo desse conflito de interesse por ser uma instituição que possui o governo como seu maior acionista, ao passo que possui também acionistas particulares e anseiam por maiores lucros e maior remuneração do capital próprio.

O Itaú e o Bradesco, por mais constantes que tenham sido em suas distribuições de valores adicionados, assim como todos os outros bancos estão sujeitos a fatores externos, como no ano de 2015, em que uma mudança na legislação, alterou a forma como eles distribuíram o seu valor agregado. No ano em questão houve menor distribuição de impostos e maior alocação de recursos para o capital próprio.

A Caixa Econômica Federal passou a criar mais valor nos últimos anos, mas a distribuição do seu valor agregado é bem diferente dos bancos privados e do Banco do Brasil, por ser 100% pública e atuar de forma intensa na parte social, é a instituição que mais distribui valor para os seus empregados e para terceiros, que são gastos predominantemente fixos, em detrimento do pagamento de impostos e da distribuição para o capital próprio. Apesar dessa discrepância na distribuição do valor agregado, podemos ver que nos últimos anos a Caixa Econômica se aproximou bastante dos outros bancos na geração de valor, o que indica que há uma preocupação por parte da empresa em se tornar mais eficiente, mesmo sendo uma empresa pública.

O Santander, teve sua distribuição afetada devido a gerar menos valor do que os outros grandes bancos, em que a parte mais fixa da remuneração de pessoal e da demanda por serviços de terceiros acabava por representar maior percentual do seu valor agregado total. Esses percentuais de distribuição diminuem à medida em que o seu lucro e o valor agregado

aumentam, seguindo a tendência dos outros bancos privados maiores, como Itaú e Bradesco que distribuírem mais valor ao governo e a remuneração do capital próprio.

Conclui-se, portanto, que há ainda um conflito de interesse nas atuações sociais e comerciais dos bancos predominantemente públicos, mas esse conflito de interesse não os impede de serem competitivos e buscarem ser mais eficientes.

Como sugestão de pesquisa para trabalhos futuros, pode ser observada a presença de variações da distribuição dos valores agregados decorrentes de interferências externas, como por exemplo, a aplicação da legislação que aprovou a reforma trabalhista, no ano de 2017.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. Certificações Edgar Abreu. 2018. Disponível em: <www.edgarabreu.com.br>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BRASIL, Lei nº 12.838, de 09 de Julho de 2013. Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12838.htm> Acesso em: 07 jun. 2019.

CARDOSO, R. L., SARAIVA, E., TENÓRIO F.G, SILVA, M.A. Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. RAP. Rio de Janeiro. 43(4):773-99, p.774 – 779. Jul/ Ago. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Central de Resultados. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/relacoes-com-investidores/central-resultados/Paginas/default.aspx>> Acesso em 15 mai. 2019.

BANCO ITAÚ. Central de Resultados. Disponível em: <<https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyyjtVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==>> Acesso em 17 mai. 2019.

BANCO SANTANDER. Central de Resultados. Disponível em: <<https://www.ri.santander.com.br/listresultados.aspx?idCanal=bRc1sVDk55/7BwESoTZ1sg==>> Acesso em: 18 mai. 2019.

CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA SOFRE LEVE QUEDA EM 2018. EBC. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-05/concentracao-bancaria-sofre-leve-queda-em-2018-diz-bc>> Acesso em 29 mai. 2019.

CPC 09. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf> Acesso em: 15 abr. 2019.

CUNHA, E. S., DANTAS, J.A., MEDEIROS, O.R. Dois modelos contemporâneos de divulgação financeira na indústria bancária brasileira: qual é mais conservador? ASAA. São Paulo. v.9, n.3, p.301 – 317. Set./ Dez. de 2016.

BANCO DO BRASIL. Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<https://ri.bb.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>> Acesso em 16 mai. 2019.

NETO, A. A. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contabilidade de instituições financeiras. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHEIRO, A. C. Impactos microeconômicos da privatização no Brasil. *Pesq. Plan. Econ*, v 26, n.3, dez 1996. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/744/684>> Acesso em 11 jun. 2019.

PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (COSIF). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtm%2Fcosif%2Fdefault.asp>> Acesso em: 21 mai. 2019.

RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA, Banco Bradesco. Disponível em: <https://www.bradescom.com.br/siteBradescoRI/Paginas/informacoesaomercado/191_relatori oseplanilhas.aspx> Acesso em: 18 mai. 2019.

TINOCO, Prudêncio, J. E. Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade. [Minha Biblioteca]. Retirado de <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466436/>>.